



PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES	
PROTOCOLO	<div>Recebido - Autuação e inclusão em pauta Em 02/07/2008 1º Secretário</div> <div>PROJETO DE LEI</div> <div>262/08</div> <div>011</div>
	<div>ESTADO DE RONDÔNIA Assembleia Legislativa</div> <div>02 SET 2008</div> <div>Protocolo 204/08</div> <div>Processo 381/08</div>
AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB	
<p>Dispõe sobre a informação ao consumidor do direito de, ao saldar, antecipadamente, seus débitos, obter redução de juros e outros encargos.</p> <p>A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA DECRETA:</p> <p>Art. 1º Os estabelecimentos situados no Estado, que operem com financiamento, crediário ao consumidor, empréstimo ou outras operações financeiras do gênero deverão manter afixados, permanentemente, em seu interior, placas ou cartazes informando:</p> <p><i>"A Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) garante, a quem efetuar a liquidação antecipada do débito total ou parcial, a redução proporcional de juros e demais acréscimos."</i></p> <p>Art. 2º As placas ou cartazes de que trata o artigo anterior terão dimensões suficientes para que as informações possam ser lidas a boa distância, e serão afixadas em locais de ampla e perfeita visualização por parte dos clientes em geral.</p> <p>Art. 3º A fiscalização do cumprimento da presente Lei ficará a cargo do órgão estadual de defesa do consumidor, concorrentemente, com os órgãos municipais congêneres, os quais atuarão de ofício ou mediante denúncia.</p> <p>Art. 4º A inobservância ao disposto nesta Lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.</p> <p>Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.</p> <p>JUSTIFICATIVA</p> <p>O principal objetivo da presente propositura é o de alertar a população quanto ao direito de obter redução de juros e outros encargos ao saldar seus débitos antecipadamente.</p>	

PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES

PROTOCOLO

PROJETO DE LEI

Nº _____



AUTOR DEPUTADO WILBER COIMBRA - PSB

Tal preocupação justifica-se quando salientado que a grande maioria das pessoas não possuem essa informação, portanto, acabam por deixar de exigir os seus direitos por entender que o comércio não é obrigado a conceder os referidos abatimentos.

Assim, este parlamentar entende que quando os comerciantes e bancos fixarem a informação objeto desta Lei em lugar visível, o consumidor terá condições de exigir seus direitos.

Assim, peço o apoio dos nobres parlamentares para a aprovação do presente Projeto de Lei.

Plenário das Deliberações, 02 de setembro de 2008.

Deputado **WILBER COIMBRA - PSB**